

Capítulo 8 - Texto de referência

A influência da ideologia nas políticas sociais

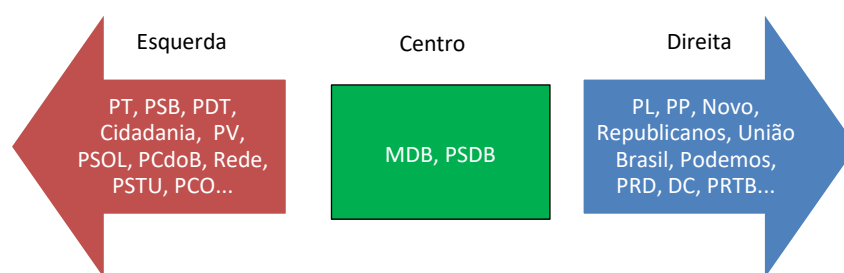
Nos regimes democráticos é usual acontecer alternância de governos, ou seja, diferentes partidos assumem o Poder Executivo ao longo do tempo, assim como são eleitos parlamentares de várias origens partidárias, todos decidindo sobre políticas públicas nas suas respectivas funções – legislar / formular e implementar programas, serviços, benefícios.

Os partidos se diferenciam em vários aspectos e um, bastante relevantes para as políticas sociais, é a ideologia que os orienta. Por ideologia entende-se um conjunto de conceitos, valores e símbolos que orientam ações políticas, podendo ser uma orientação mais aberta (flexível) ou fechada (radical), o que influencia a interação social e política. Há uma distinção ideológica mais usual que posiciona os partidos à direita ou à esquerda no espectro político e a principal diferença está relacionada à percepção e às atitudes frente à igualdade e ao papel do Estado. A esquerda acredita que desigualdades são produtos das relações sociais e, portanto, devem ser enfrentadas pelo Estado para serem superadas. A direita vê as desigualdades como naturais e exigem menor intervenção estatal.

Essa distinção quanto ao papel do Estado e do mercado ganhou relevância após a Segunda Guerra Mundial, período em que houve maior intervenção do Estado na economia e na sociedade e quando o Estado do Bem-Estar Social expandiu-se, promovendo redistribuição e direitos sociais. Posteriormente, nos anos 1970, esse compromisso começou a se romper devido à globalização e ao neoliberalismo, que disseminaram ideias e práticas que reduziram a autonomia e a atuação do Estado, associando uma economia desterritorializada e privatizações e cortes nos gastos sociais. Desde então, países têm vivenciado crises econômicas, com crescimento econômico lento, estagnação da renda dos mais pobres, aumento persistente das desigualdades e aumento da dívida pública. Nesse contexto, os governos, por sua vez, enfrentam pressões conflitantes entre atender ao mercado e às demandas sociais.

Portanto, a principal distinção entre a esquerda e a direita é que a primeira reforça a ação do Estado na dinâmica da vida social e econômica e a segunda defende que tudo se revolve pela liberdade de mercado. Isso indica que a relação entre ideologia e políticas públicas é marcada pelo papel do Estado na economia e na redistribuição de recursos. E como os partidos brasileiros se posicionam nessa perspectiva? Em novembro de 2025 havia o registro de 30 partidos políticos no país, sendo que alguns deles mantêm posições estáveis na escala esquerda/direita ao longo do tempo, como os que estão destacados na figura a seguir.

Figura – Posicionamento de partidos brasileiros conforme esquerda e direita



Pesquisa realizada em 2018/2019 mostra que a emergência do Partido Social Liberal (PSL), que deu origem ao União Brasil ao se fundir com o Democratas (DEM), com forte posicionamento à direita, refletiu na mudança de percepção dos cidadãos. Àquela época, identificou-se um aumento do percentual de cidadãos que se consideram de direita, chegando a 35,7% em 2021. Partidos de direita, no Brasil, refletem a influência do ideário neoliberal, defendendo um Estado menos intervencionista, privatizações, eficiência do gasto público e redução da carga tributária. Diferentemente dos partidos de esquerda, que defendem maior presença do Estado na economia, com a retomada de investimentos públicos e a ampliação de financiamentos por bancos públicos, bem como na garantia de direitos sociais, fortalecendo saúde, educação e proteção social, numa perspectiva do Estado de Bem-estar Social, em que o Estado é o indutor do desenvolvimento.

Um exemplo da influência da ideologia nas políticas sociais é a assistência social, estabelecida na Constituição Federal como direito do cidadão e dever do Estado, baseada em princípios universais e solidariedade social. Nos governos De Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a assistência social teve postura ambígua, priorizando a sociedade e fragmentando ações, com foco em pobreza crônica e proteção residual. Nos

governos de Luís Inácio Lula da Silva (PT), foi criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o programa Bolsa Família, promovendo uma política universal e de transferência de renda condicionada, substituindo ações fragmentadas. Nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PSL/PL), a política social foi fortemente impactada por ideologia de austeridade (Emenda Constitucional 95), com cortes de recursos, extinção de órgãos (como o Ministério do Desenvolvimento Social) e congelamento de valores (como o Bolsa Família), levando o Brasil de volta ao mapa da fome da ONU e ao nível de pobreza de 15 anos antes. Portanto, a ideologia influencia diretamente as ações e prioridades do Estado na área social, refletindo mudanças de governo e conjunturas econômicas e impactando as políticas sociais.

Fonte: MELO, Carlos Ranulfo. *Como, e por que, a ideologia importa?* In: SÁTYRO, Natália G. D.; CUNHA, Eleonora S. M. (org.). **Descomplicando Políticas Sociais no Brasil**: a Constituição Federal de 1988 e a estrutura de proteção social brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG : Fino Traço, 2023. (p.151-164).